

CORREIO CARIOWA



Premiação integra o "Mais Professores para o Brasil"

Professores do Rio de Janeiro são reconhecidos pelo MEC

Mais de 3 mil professores da rede municipal do Rio tiveram o trabalho reconhecido nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC). Ao todo, 3.368 docentes de 177 escolas da capital foram premiados pelo programa "Mais Professores para o Brasil", que contempla unidades com bom desempenho no Ideb, inclusive em áreas de maior vulnerabilidade social.

Cada profissional receberá um cartão do Banco do Brasil no valor de R\$ 3 mil, destinado à compra de equipamentos pedagógicos. "Dá um orgulho enorme ver mais de 3 mil docentes das escolas municipais do Rio sendo reconhecidos nacionalmente", afirmou o secretário de Educação Renan Ferreirinha.

Valorização do magistério

O reconhecimento integra o programa do MEC criado para valorizar o magistério e incentivar a permanência de bons profissionais e a atração de novos na rede pública. "É um incentivo importante para que sigam transformando a vida dos nossos carioquinhas por meio da educação", destacou Ferreirinha. A iniciativa premia professores dos anos iniciais, finais e do ensino médio, reforçando o papel central do docente no aprendizado.

Freepik/CMRJ



Instalação deve ser realizada no interior dos imóveis

Mudanças na instalação de hidrômetros

Está em vigor no Rio a lei que obriga a instalação de hidrômetros no interior dos imóveis. A norma, de autoria da vereadora Vera Lins (PP) e sancionada pelo prefeito Eduardo Paes, proíbe a colocação dos aparelhos em calçadas ou áreas externas sem autorização do morador. As concessionárias deverão instalar os medidores em locais visíveis para leitura. A lei permite exceção por escolha do morador, que assume riscos. O descumprimento prevê multa de R\$ 10 mil, dobrada na reincidência. A medida busca reduzir furtos, vazamentos e cobranças indevidas.

Rio tem 1.372 vagas de emprego

O Rio conta com 1.372 vagas de emprego na penúltima semana de dezembro, impulsionadas pelas contratações de fim de ano. São 1.218 oportunidades para o público em geral e 154 destinadas a pessoas com deficiência, com destaque para comércio e serviços. As ofertas podem ser consultadas no site da SMTE e no Instagram @trabalho.rio, contemplando estágios e oportunidades sem exigência de experiência.

POR PAULA VIEIRA

Projeto arquivado

O deputado Alexandre Knoploch (PL) vai arquivar o projeto que vetava naming rights do Maracanã após erro de redação. A Alerj não pode interferir no estádio, sob concessão de Fla-Flu. O novo texto vai tratar do Complexo do Maracanã, como o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare.

Refeições por R\$ 1

O governador Cláudio Castro (PL) inaugura nesta terça (23) o Restaurante do Povo, no Méier. A unidade, aberta por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, funcionará na Rua Vinte e Quatro de Maio, 1.261, podendo servir até 2 mil refeições diárias entre café da manhã, almoço e jantar, com valores de R\$ 0,50 e R\$ 1.

Livraria reaberta

Após oito meses fechada, a livraria do Instituto Pereira Passos reabriu em Laranjeiras. O espaço reúne obras clássicas sobre a formação do Rio e volta a receber pesquisadores e público em geral. O funcionamento é de segunda a sexta, das 9h às 17h, na Rua Gago Coutinho, 52. A entrada e visitação são gratuitas.

Atenção, ciclistas

A CET-Rio vai suspender o fechamento de três Áreas de Proteção ao Ciclismo de Competição (APCC's) a partir desta terça (23), devido às festas de fim de ano. A decisão foi adotada em alinhamento com a CSC-RJ. As atividades serão retomadas em 6 de janeiro, com as interdições semanais para treinamento no Porto Maravilha, Aterro do Flamengo e Reserva, no Recreio.

Compras de Natal

Estudo do IFec RJ mostra alta na intenção de compras de Natal na Região Metropolitana do Rio. Dos 921 entrevistados, 62,1% pretendem presentear, ante 61% em 2024. Vestuário lidera (54,9%). Já o gasto médio cai para R\$ 293. A movimentação é estimada em R\$ 613 milhões e há preferência por compras em lojas físicas (52,7%).

Palácio Tiradentes

O Palácio Tiradentes, sede histórica da Alerj, ganhou iluminação especial de Natal. As luzes instaladas na cúpula, nas seis colunas da fachada e ao longo da escadaria valorizam o prédio quase centenário. Quem passa pelo Centro já pode ver o destaque no topo e a ornamentação natalina que ilumina a noite.



Estado fica no programa até entrar no Propag

STF garante RJ no Regime de Recuperação Fiscal até junho

Liminar de Dias Toffoli mantém teto de pagamento ao valor de 2023

O Governo do Estado obteve, nesta segunda-feira (22), uma decisão fundamental no Supremo Tribunal Federal (STF) para o equilíbrio das finanças do Rio de Janeiro. O ministro Dias Toffoli, do STF, concedeu liminar para manter o Rio no Regime de Recuperação Fiscal até a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagoamento das Dívidas dos Estados – Propag. A decisão atende a um pedido do governador Cláudio Castro, feito pela Procuradoria Geral do Estado.

Na decisão, válida até 30 de junho de 2026, o ministro entendeu que a base de cálculo das parcelas a serem pagas nos primeiros seis meses do ano de 2026 deve refletir os valores que deixaram de ser pagos em 2024 e 2025, quando o teto foi de R\$ 4,9 bilhões. Os novos valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. A decisão também mantém a suspensão de trinta pontos percentuais no serviço da dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União Federal.

"Essa decisão traz uma garantia para que possamos aderir ao Propag em condições justas e com segurança jurídica. Seguimos trabalhando com austeridade e com coragem pelo equilíbrio das finanças estaduais para assegurar a prestação de serviços públicos aos cidadãos fluminenses e para que o Rio de Janeiro nunca mais passe pelas dificuldades que

passou", declarou o governador.

Cláudio Castro participou da construção do Propag, atuou intensamente pela aprovação do projeto no Congresso Nacional, bem como pela derrubada dos vetos presidenciais a itens considerados essenciais para a entrada do Rio no programa. A adesão ao Propag permitirá um modelo mais sustentável de pagamento da dívida, permitindo conciliar o acerto do passivo com a manutenção dos serviços públicos e os investimentos necessários para o crescimento da economia.

A entrada do Rio no programa só será possível graças à derrubada de parte dos vetos presidenciais à lei de criação do Propag. Foram reativados dispositivos como a possibilidade de uso de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para abater parte das dívidas. Atualmente, o Rio de Janeiro tem uma dívida de R\$ 225 bilhões, sendo R\$ 193 bilhões devidos à União, R\$ 28 bilhões em contratos garantidos pela União e R\$ 4 bilhões referentes a parcelamentos.

O Propag cria mecanismos para facilitar o pagamento das dívidas com a União, incluindo a redução da taxa de juros hoje aplicada - equivalente ao IPCA + 4% ao ano. Em contrapartida, os estados deverão quitar parte dos débitos e cumprir regras fiscais e financeiras adicionais. O programa permite que as taxas cheguem a IPCA + 0, +1 ou, no máximo, +2%.